

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2018.

PROCESSO Nº 058/2018.

VALIDADE: 12 meses

Aos 13(treze) dias do mês de Agosto de 2018, na sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Praça Artur Trancoso, nº. 08, centro, nesta cidade, o Exma. Sra. Prefeita Municipal, Sr. Mônica Cristine Mendes de Sousa, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei 10.250/02, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2018, Tipo Menor Preço, por deliberação da pregoeira oficial e equipe de apoio, e por ele homologada conforme processo nº 058/2018 RESOLVE registrar os preços para a prestação dos serviços constantes nos anexos desta ata, beneficiário ASM COMUNICAÇÃO LTDA, localizado na Avenida do Contorno, nº 1063 no bairro Centro, na cidade de Taiobeiras, estado de Minas Gerais, cujo CNPJ é 04.941.750/0001-19, neste ato representado por ALEX SANDRO MENDES, portador do CPF nº 030.130.606-03 e cédula de identidade nº M-9.072.025, conforme quadro abaixo:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR	
				UNIT.	TOTAL
01	SERVIÇO	50	<p>ESPAÇO PARA PUBLICAÇÃO EM JORNAL ESPAÇO PARA PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NA REGIÃO QUE COMPREENDE A CIDADE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO PARA PUBLICAÇÃO DAS AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DE JORNAL PARA PROPORCIONAR UMA VISÃO SÓCIO DEMOCRÁTICA, PONDERADA E ATIVA. A REDAÇÃO A SER PUBLICADA SERÁ DISPONIBILIZADA PELA PREFEITA DESTA MUNICÍPIO EM ARQUIVO DE MIDIA DIGITAL . E A EMPRESA VENCEDORA TERÁ O PRAZO DE 08 DIAS PARA PUBLICÁ-LO, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA REDAÇÃO. CARACTERÍSTICAS GERAIS: - O TAMANHO DA MATERIA SERA DE 210MMX297MM; - O JORNAL DEVE POSSUIR CIRCULAÇÃO EFETIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG.</p>	1040,00	52000,00
02	SERVIÇO	01	<p>CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE REVISTA INSTITUCIONAL FORMATO: 43 X 29 ABERTA; 29 X 21,5 FECHADA. QUANTIDADE DE PÁGINAS: MIOLO + CAPA 20 PÁGS. AS FOTOS DIGITAIS, TEXTOS E NÚMEROS SERÃO DISPONIBILIZADOS PELA PREFEITURA EM ARQUIVO DE MIDIA DIGITAL. TIRAGEM: 2.000 EXEMPLARES. CAPA: PAPEL COUCHÉ LISO 150 GRs. MIOLO: PAPEL COUCHÉ LISO 115 GRs. ACABAMENTO: GRAMPO. N/SECAM, ZOOM DIGITAL: 4X. TODAS AS PÁGINAS EM POLICROMIA. A EMPRESA VENCEDORA TERÁ O PRAZO DE 08 DIAS CONTADOS DO RECEBIMENTO DAS FOTOS DIGITAIS, TEXTOS E NUMEROS, PARA REALIZAR A ENTREGA DO MATERIAL IMPRESSO.</p>	9800,00	9800,00
03	SERVIÇO	02	<p>CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE REVISTA INSTITUCIONAL FORMATO: 43 X 29 ABERTA; 29 X 21,5 FECHADA. QUANTIDADE DE PÁGINAS: MIOLO + CAPA 8 PÁGS. AS FOTOS DIGITAIS, TEXTOS E NÚMEROS SERÃO DISPONIBILIZADOS PELA PREFEITURA EM ARQUIVO DE MIDIA DIGITAL. TIRAGEM: 1.000 EXEMPLARES. CAPA: PAPEL COUCHÉ LISO 150 GRs. MIOLO: PAPEL COUCHÉ LISO 115 GRs. ACABAMENTO: GRAMPO. N/SECAM, ZOOM DIGITAL: 4X. TODAS AS PÁGINAS EM POLICROMIA. A EMPRESA VENCEDORA TERÁ O PRAZO</p>	4350,00	8700,00

			DE 08 DIAS CONTADOS DO RECEBIMENTO DAS FOTOS DIGITAIS, TEXTOS E NUMEROS PARA REALIZAR A ENTREGA DO MATERIAL IMPRESSO.		
04	SERVIÇO	01	SERVIÇO DE PESQUISA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE CARÁTER INSTITUCIONAL PARA AVALIAÇÃO E DIRECIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO. A PESQUISA DEVERÁ SER REALIZADA EM TODO O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO INCLUINDO ZONA RURAL, ABRANGENCIA AOS MUNICÍPIOS ONDE A PESQUISA DEVERÁ SER REALIZADA POR AMOSTRAGEM COM UM PERCENTUAL DE 5% DE PESSOAS ENTREVISTADAS NOS BAIRROS: SÃO JOÃOZINHO, CONJUNTO HABITACIONAL, MORADA DO SOL, CENTRO, TABOLEIRO ALTO E SÃO TIAGO, DEVERÁ AINDA SER REALIZADO NOS DISTRITOS: MANDACARU DO PARAÍSO, BOA SORTE DO PARAÍSO E BARRINHA DO PARAÍSO E NAS COMUNIDADES VEREDA D'ÁGUA, MARAVILHA MUQUEM E PARATERRA E DEVERÁ SER REALIZADA NO PRAZO DE 30 DIAS CONTADOS DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇOS QUE CONTERÁ OS TEMAS DA PESQUISA A SER REALIZADA.	5800,00	5800,00
05	SERVIÇO	05	CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE TV QUE POSSUA COBERTURA DA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS, PARA VEICULAÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS COM DURAÇÃO DE 30 SEGUNDOS CADA, EM HORÁRIO ENTRE 07:00 AS 14:00 HORAS E 16:00 AS 22:00 HORAS. O VIDEO A SER VEICULADO SERÁ DISPONIBILIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO EM ARQUIVO DE MIDIA DIGITAL, SENDO 30 INSERÇÕES PARA CADA VÍDEO, DISTRIBUÍDOS NOS HORÁRIOS ACIMA DESCRITOS PELO PERÍODO DE 03 DIAS. A EMPRESA VENCEDORA TERÁ O PRAZO DE 08 DIAS CONTADOS DO RECEBIMENTO DO VIDEO PARA INICIAR A VEICULAÇÃO DO MESMO.	6490,00	32450,00
06	SERVIÇO	200	DIVULGAÇÃO DE ANÚNCIOS EM VEÍCULOS DE SOM (GRANDE PORTE), O VEICULO DEVERÁ COMPORTAR EM MEDIA 15 PESSOAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA ADMINISTRAÇÃO, DEVERÁ AINDA DISPOR DE GERADOR DE NO MÍNIMO 15KVA, VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO TIPO MINI TRIO, O SERVIÇO SERÁ PRESTADO FORA DA SEDE DO MUNICÍPIO , EM UM LIMITE DE ATÉ 40 KM DE DISTANCIA DA SEDE DO MUNICÍPIO POR UM PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MINUTOS POR SERVIÇO. A OPERAÇÃO DO VEICULO E SEUS EQUIPAMENTOS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DO LICITANTE.	370,00	74000,00
07	SERVIÇO	12	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE OUTDOOR TAMANHO 3MX9M LOCALIZADO NO CENTRO DA CIDADE. QUALQUER CUSTO PARA A EXECUÇÃO DESTE SERVIÇO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DO LICITANTE. O VALOR UNITARIO CORRESPONDE A PUBLICIDADE POR UM PERÍODO DE 30(TRINTA) DIAS. A EMPRESA VENCEDORA TERÁ O PRAZO DE 08 DIAS CONTADOS DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO PARA DISPONIBILIZAR A ESTRUTURA DO OUTDOOR APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO.	270,00	3240,00
08	SERVIÇO	12	IMPRESSÃO DE OUTDOOR EM PAPEL 90 GRAMAS 4X0 (COLORIDO) NO TAMANHO 3MX9M . ALÉM DA IMPRESSÃO DE OUTDOOR, A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR APLICAR A IMPRESSÃO NA ESTRUTURA DE OUTDOOR NO LOCAL INDICADO PELA PREFEITURA. A ARTE QUE SERÁ IMPRESSA SERÁ DISPONIBILIZADA PELA CONTRATANTE EM ARQUIVO DIGITAL. QUALQUER CUSTO PARA EXECUÇÃO DESTE SERVIÇO SERÁ DE RESPONSABILIDADE DO LICITANTE. A EMPRESA VENCEDORA TERÁ O PRAZO DE 08 DIAS PARA CONCLUIR A EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTADO DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO E DO ARQUIVO DIGITAL CONTENDO A IMAGEM A SER IMPRESSA.	220,00	2640,00

TOTAL	188630,00
--------------	-----------

01 - DO OBJETO:

1.1 Os objetos da prestação de serviços são os constantes dos anexos desta ata, em que são discriminados.

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

II - Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a contratar os serviços referidos nesta ata.

III - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para contratação do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

04 - DO PREÇO

I - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 034/2018.

II - Em cada prestação de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 034/2018, que integra o presente instrumento de compromisso.

III - Em cada serviço, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no Pregão nº 034/2018 pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

05 - DO PAGAMENTO

I - Em todos os serviços, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Secretaria da Fazenda, em até 30 dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

II - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida;

III - Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;

IV - O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços, de modo a constituírem a única e total contra prestação;

V - O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços.

VI - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde

a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

06 - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

I - Se a qualidade dos serviços não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, poderá ser aplicada a penalidade prevista.

II – Após a realização dos serviços deverá ser encaminhado ao Setor de Compras a nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

III - A empresa prestadora, quando do recebimento da Ordem de serviço enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

IV - A cópia da ordem de serviço referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

V - As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.

VI – Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

07 - DAS PENALIDADES

7.1 Recusando-se a vencedora a assinatura da ata sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se á multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

7.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas na ata, erros ou atrasos no seu cumprimento, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

7.2.1 advertência;

7.2.2 multa de:

7.2.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10^o (décimo) dia de atraso, na prestação dos serviços, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

7.2.2.2 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor da ata, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão da ata, quando for o caso;

7.2.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos fornecimentos;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

7.2.3 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

7.3 O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de São João do Paraíso/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

08 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

I - Considerado o prazo de validade estabelecido no item I da Cláusula II, da presente Ata, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 1(um) ano, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão nº 034/2018, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os casos de revisão de registro a que se refere o Decreto instituidor do Registro de preços.

II - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

9 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art.73, I da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes.

II - A cada prestação de serviços serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, I, da Lei Federal 8.666/93.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B - a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

G - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

*no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

H - a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados devera ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

11 - DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

I - A execução dos serviços do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretario requisitante.

12 - DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

12.1 Prestar a Detentora desta Ata todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

12.2 Acompanhar e fiscalizar através da Secretaria Municipal requisitante, o cumprimento do objeto desta Ata.

12.3 Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados.

12.4 Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos nesta Ata.

13 - DAS RESPONSABILIDADES DA DETENTORA

13.1 Responsabiliza-se, inteira e completamente, pelos trabalhos realizados em decorrência desta Ata, inclusive quanto a sua eficiência e ainda no tocante à responsabilidade civil, não obstante tais serviços sejam acompanhados e fiscalizados pela Administração.

13.2 A Detentora desta Ata, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:

a) por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata;

b) pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços;

c) arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes da presente Ata.

- d) Dispor de pessoal técnico qualificado para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos de propriedade da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MG e dispor de eventuais equipamentos/materiais suplementares ao sistema. Seu pessoal deverá estar corretamente uniformizado e identificado mediante crachá da empresa e a Detentora desta Ata fornecerá ao Departamento de Compras, uma relação dos funcionários que irão realizar o serviço;
- e) Permitir e facilitar a fiscalização dos serviços, bem como prestar esclarecimentos necessários sobre a execução dos destes, quando solicitados;
- f) Cumprir fielmente o estabelecido nas condições desta Ata, do Edital e de seus documentos integrantes, com rigorosa observância da legislação em vigor e de tudo mais o que for necessário para perfeita execução dos serviços,

14 – DOS PADRÕES DE QUALIDADE.

- 14.1 Quaisquer serviços executados que não atendam aos padrões de qualidade serão recusados, não sendo, inclusive, objeto de faturamento enquanto perdurarem os motivos determinantes da recusa, sujeitando-se ainda à **Detentora** à aplicação de sanções administrativas, correspondentes aos atrasos no cronograma de implantação não justificados.

15 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- I. O regime de execução será INDIRETA – EMPREITADA POR PREÇO UNITARIO.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I - Integram esta Ata, o edital do Pregão nº 034/2018 e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.
- II - Fica eleito o foro desta Comarca de São João do Paraíso/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- III - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

São João do Paraíso/MG, 13 de Agosto de 2018.

Mônica Cristine Mendes de Sousa
PREFEITA MUNICIPAL

ASM COMUNICAÇÃO LTDA
SIGNATÁRIAS

Testemunhas:

CPF nº

CPF nº